

Nos 25 anos da APL: a pré-história

José Victor Adragão

Escola Superior de Educação de Setúbal

A comemoração das “bodas de prata” da Associação Portuguesa de Linguística permitiu reunir em Lisboa, no dia 23 de Outubro, um conjunto de novos e “velhos” linguistas e recordar tempos passados e presentes.

Na minha qualidade de sócio nº 1 (por ser o primeiro da listagem alfabética dos fundadores), foi-me pedido para partilhar com os presentes algumas memórias, que trouxessem aos pioneiros a lembrança das esperanças e entusiasmos dos primeiros tempos e ajudassem os mais novos a conhecer as raízes desta associação a que muitos deram o melhor do seu entusiasmo e uma boa parte do seu tempo, mesmo dos seus lazeres.

Foi o que fiz, a partir das minhas próprias recordações e com a ajuda de alguns colegas que me avivaram as ideias. O texto que se segue é uma tentativa de alinhar o que em mim ficou desses primeiros anos. Faço-o com alegria e gratidão. No entanto, não me proponho fazer uma resenha histórica e objectiva – é antes a perspectiva limitada que um estudante do curso de Filologia Românica e, posteriormente, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa teve da realidade em que se viu envolvido entre 1965 e 1984. Por isso lhe chamei “pré-história”. Deixo a história aos que guardam os papéis, os números, as fotografias.

1. O ambiente na FLL (e na Universidade Portuguesa) de 1965 a 1976

a. de 1965 a 1971

Embora a guerra colonial já durasse há 5 anos e os ventos começassem a soprar, trazendo e levando a inquietação aos jovens (e o desconforto aos menos jovens), não era o ambiente político o que mais perturbava os estudantes de Letras quando entrei para a Faculdade. Pelo menos na área das línguas. E muito menos nas Românicas.

Vivia-se o tempo da “família românica”. A Faculdade estava organizada em secções e na nossa pontificavam mestres como Vitorino Nemésio, Jacinto do Prado Coelho, Lindley Cintra, vultos de reconhecido mérito, nomes que nos davam a confiança de estarmos numa “boa escola”. Cientificamente, os “Institutos” funcionavam como pólos de congregação de interesses, em torno de bibliotecas razoavelmente fornecidas. Vitorino Nemésio presidia ao de Cultura Brasileira (que cobria também a área da Cultura Portuguesa), Prado Coelho dirigia o de Cultura Francesa, onde se agrupavam todos os de pendor para as literaturas românicas, fosse qual fosse a língua de suporte, e Lindley Cintra coordenava o Instituto Leite de Vasconcelos, onde se reuniam os de pendor linguístico. Se digo “de pendor” é porque, nesses tempos, as fronteiras intra-Românicas eram pouco definidas, mesmo para os Professores. Um assistente podia dar, no mesmo ano, aulas de Introdução aos Estudos Linguísticos e de Literatura Francesa, por exemplo.

O caso do Instituto Leite de Vasconcelos era, de qualquer forma, um pouco diferente dos outros. Talvez fosse a sua localização, no extremo noroeste do primeiro andar, talvez o ter anexo o Laboratório de Fonética (que eu nos primeiros tempos nem percebia para que servia), talvez pela personalidade do Professor Cintra, talvez apenas porque foi o meu principal local de trabalho durante os cerca de vinte anos em que estive na Faculdade, o certo é que ele sempre me pareceu mais um porto seguro do que uma estação de passagem.

Se do lado científico/docente as coisas pareciam calmas e produtivas, do lado pedagógico/estudantil a vida não era fácil. As sessões no anfiteatro cheio eram mais conferências do que aulas e, se dava profundo prazer (a alguns) ouvir o Padre Manuel Antunes e a sua Cultura Clássica, o mesmo não se passava noutras situações e os exames surgiam sempre como a cena aterrorizadora do encontro com um monstro que nunca tínhamos visto a menos de 20 metros. E já não falo das “aulas práticas” (!) leccionadas no Instituto de História, sala mais tarde transformada no conjunto de gabinetes do Departamento de Português para Estrangeiros – ou chegávamos bem cedo ou as hipóteses de vermos e ouvirmos o professor tornavam-se muito diminutas naquele “comboio” tão pouco acolhedor.

Creio que foi este mal-estar que provocou que as primeiras reacções lisboetas às notícias vindas de Paris em 1968 e de Coimbra no ano seguinte tivessem como mais visível manifestação interna a luta por melhores condições de ensino. Tornou-se frequente impedir os professores de dar aulas, alegando que havia alunos em pé, o que acontecia em muitíssimas disciplinas.

Esses tempos coincidiram com o acidente de Salazar, com o advento de Marcello Caetano e com a esperança que alguns acalentavam de que a “primavera marcellista” não fosse apenas um fogacho. Mas o pior estava para vir.

b. 1971-1976: os anos quentes

Em 1971, um governante deste país teve a brilhante ideia de nos presentear com “vigilantes”, um corpo de intervenção rápida e aparentemente eficaz, a que à boca fechada apelidávamos “gorilas” e que, nos primeiros tempos, se limitavam ao que a sua designação apontava: vigiavam. Por vezes vigiavam demais e pretendiam mesmo assistir às aulas. Por essa altura ocorreram cenas quase caricatas nos corredores e no velho bar e outras menos caricatas, tal como o abaixo-assinado de quase todos os assistentes, recusando-se a dar aulas em tais condições. A corda ia-se esticando e, a certa altura, rebentou. Foi a entrada em cena de um outro conjunto de personagens: os cães, chamados a dar nova eficácia aos referidos vigilantes. Os professores e alunos que estavam na Faculdade por essa altura dificilmente esquecerão as fugas pelos corredores, os saltos pelas janelas, as barricadas nas salas, o terror que infundiam aquelas feras correndo, ladrando e espumando atrás de nós. Bem como o arremesso de objectos sobre qualquer ajuntamento suspeito.

A minha memória não regista a via por onde esta situação se apaziguou mas tenho a ideia de que não durou muito tempo este confronto físico. Se me refiro a ele é porque fiquei com a sensação de que esses dias difíceis reforçaram os laços entre os habitantes do 1º esquerdo daquela casa que começava a rebentar pelas costuras e a que nem o chamado “pavilhão velho” (atrás do bar) dava apoio suficiente. De qualquer forma, o desejo de que tudo mudasse de forma mais substancial passou de latente a expectante...

Passo rapidamente pelos anos 74-76 por duas razões: a primeira, porque estava em Paris, bolseiro, quando se deu o 25 de Abril e vivi-o apenas pelas notícias da rádio e pelos telefonemas de familiares; a segunda, porque, entre 74 e 76, me vi por duas vezes Presidente da Comissão Paritária Directiva¹ e as prioridades dessas funções abafaram quase por completo as minhas preocupações com a Linguística... Foi o tempo da reestruturação geral dos cursos e da Faculdade, da elaboração dos Estatutos em sessões plenárias no anfiteatro e até na Aula Magna, dos confrontos mais ou menos violentos entre grupos de estudantes de diferentes filiações políticas, das tentativas de intervenção de forças da ordem, da voragem dos saneamentos, da construção do “pavilhão novo”... Fora de portas, era o tempo dos governos provisórios, das incertezas ministeriais e da consequente auto-gestão... Tudo acalmou em 1976.

Voltarei a esse período mais adiante.

2. Os precursores

Regressemos à Linguística nascente dos anos 60.

Já aqui foram referidos os nomes de Prado Coelho e de Lindley Cintra. Torno a falar deles porque foram, na Universidade de Lisboa, os últimos representantes dos tempos

¹ Para os mais novos: tratava-se de um órgão de gestão, antepassado do Conselho Directivo, formado por igual número de professores, estudantes e funcionários; em 1974 era mesmo o único órgão de gestão da Faculdade.

em que Linguística e Literatura se confundiam, se não nos métodos e nos objectivos, pelo menos no coração de quem as praticava. Eu ainda tive aulas de Linguística com o Prof. Prado Coelho e de Literatura Portuguesa com o Prof. Cintra! Se os ventos do tempo levaram o primeiro para os corredores da Literatura, guardaram-nos o prazer de conviver e aprender com o segundo ainda por muitos anos (e bons!).

O primeiro linguista que os meus olhos viram em Lisboa era alemão². Chamava-se Joseph Maria Piel e era um velhinho simpático que parecia viver das palavras e para as palavras. O seu mundo era a Linguística Histórica, as etimologias, as famílias das línguas... Chegou-nos de Coimbra, já reformado, mas disposto a “servir a sua dama” até ao fim dos seus dias.

Aliás, em Coimbra, por essa altura, brilhavam dois professores de renome nacional: Manuel de Paiva Boléo e José Gonçalo Herculano de Carvalho. O primeiro era famoso pelo seu completíssimo inquérito aos hábitos linguísticos dos portugueses, que tantas e tantas teses de licenciatura alimentou; o segundo, com os seus “Estudos Linguísticos”, era uma espécie de teórico da Linguística Portuguesa que convinha absolutamente conhecer. A ele se deve a fundação, em 1966, do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada.

A Faculdade de Letras do Porto, com muito menos tradição, não emparelhava ainda com as outras duas. Mas, no Porto, vivia um homem, de quem o regime não gostava e que era referência segura para literatos e linguistas – refiro-me a Óscar Lopes.

Passemos dos professores aos assistentes, porque é entre eles que surgem os primeiros “especialistas” na ciência linguística, os que separam verdadeiramente as águas dentro da família românica. Refiro-me à Maria Helena Mateus, à Maria Emília Marques, ao João Malaca Casteleiro, ao Ivo de Castro, e à Maria Raquel Delgado Martins, no espaço da Fonética. Com eles, a organização da Secção de Filologia Românica foi criando novos contornos internos, que viriam a ter foros de cidadania na reestruturação da Faculdade de Letras de Lisboa que acima aflorei e de que voltarei a falar.

Neste voo rasante sobre os percursores da Associação Portuguesa de Linguística (em Lisboa) não posso deixar de passar pela Avenida 5 de Outubro, pelo velho prédio fronteiro à Feira Popular onde funcionava o Centro de Estudos Filológicos, criado em 1932. Era um espaço muito curioso e acolhedor em que, ao lado de uma invejável biblioteca, conviviam essencialmente dois grupos de estudiosos. Os que trabalhavam nas edições críticas de textos antigos (exemplares vivos e activos da raça dos famigerados filólogos) e um grupo de jovens licenciados entusiasmados na elaboração do ALPI – Atlas Linguístico da Península Ibérica. Lembro-me ainda estudante de lá ir, alegadamente para consultar um ou outro livro mas na verdade para os ver, àqueles que faziam da Linguística objecto de trabalho e não matéria de ensino. Mais tarde, juntou-se a estes dois grupos a equipa do “Português Fundamental”. Seria de toda a justiça citar aqui o nome dos

² No 1º ano, fui aluno do Prof. Sílvio Elia, linguista brasileiro, mas a sua presença na minha memória é bastante fugaz.

obreiros do velho Centro – mas seria maior a injustiça de esquecer alguns. Por isso, por aqui me fico. Anos depois, e ainda antes de, já com novo nome, ocupar o espaço onde hoje se encontra, emigrou o Centro de Estudos Filológicos para dois andares na mesma Avenida. Mas o encanto e o cheiro característico ficaram ali, junto à Feira, onde hoje se ergue o Hotel Villa Rica...

3. O que o 25 de Abril trouxe à Linguística em Portugal

Como atrás se dizia, a revolução de 1974 foi um vento forte que abanou também a Faculdade de Letras de Lisboa (e as outras, naturalmente, mas eu não estava lá para ver).

A insatisfação científica e pedagógica sentida no seio da secção da Filologia Românica e que tinha começado a criar, clandestinamente, uma divisão entre a Linguística e as Literaturas de línguas românicas, sentia-se também noutras secções, designadamente nas de Filologia Germânica e nas de Filosofia. A oportunidade de uma revolução nacional foi bem aproveitada na Faculdade e, se em alguns cursos os efeitos foram passageiros e nem sempre razoáveis, na secção de Filologia Românica as alterações foram bem reflectidas e aceites e, em grosso, muitas duram ainda nos nossos dias.

Começamos pela criação dos dois Departamentos. Como se disse, a separação (amigável) de linguistas e literatos vinha de trás e só esperava o momento certo para se oficializar. O novo estatuto de Faculdade de Letras criou os Departamentos de Linguística e o de Literatura. Reconheçamos que os nomes são enganosos. Na realidade, a secção de Filologia Germânica, também à beira de uma rotura interna, optou por criar uma separação com base nas duas línguas que ensinava e deu origem aos Departamentos de Estudos Anglísticos e de Estudos Germanísticos. Isso significou que, fora do Departamento de Linguística, continuaram todas as disciplinas dessa área científica assentes no estudo do inglês e do alemão, a que se juntavam ainda o latim e o grego, no Departamento de Estudos Clássicos. Mais estranho ainda foi o convívio paralelo de disciplinas de Introdução aos Estudos Linguísticos, oferecidas por quatro departamentos diferentes. Embora muitos tivessem consciência de quão anómala era esta situação, o facto é que a questão nunca encontrou uma solução adequada.

No que diz respeito às disciplinas no seio do Departamento, a evolução foi mais no sentido de adequação das novas propostas às áreas do saber linguístico emergentes e que, noutros países, já faziam caminho há algum tempo. Até 1974, havia na secção de Românicas um conjunto de quatro disciplinas anuais (Introdução aos Estudos Linguísticos, Linguística Portuguesa I, Linguística Portuguesa II e Linguística Românica) e uma semestral, a Fonética, no 1º ano. A certa altura, começaram a juntar-se a estas disciplinas algumas propostas de “Seminários” diferenciados, para os alunos do último ano, o que permitia uma certa escolha de acordo com as preferências manifestadas. Com as alterações possibilitadas pelas modificações estatutárias de 1974-75 surgiram duas disciplinas-rainhas, a “Fonética e Morfologia do Português” e a “Sintaxe e Semântica do Português”, que vieram substituir as Linguísticas Portuguesas I e II. A seu lado manteve-

-se, como disciplina obrigatória, a “Introdução aos Estudos Linguísticos” e nasceu uma disciplina nova, a “História da Língua Portuguesa”, igualmente obrigatória.

Estas alterações, bem como o aumento da população estudantil, provocaram que um crescente número de docentes não-doutorados passasse a assegurar a regência das novas cadeiras e nelas desenvolvesse o seu pendor científico, cada vez mais especializado. Em paralelo, surgiram disciplinas mais ou menos opcionais que abriram o leque dos estudos linguísticos: a Sociolinguística, a Psicolinguística, a Linguística Aplicada foram algumas delas. Chegou-se mesmo ao extremo de criar “especializações” dentro das disciplinas iniciais, como foi o caso, entre outros, da “Introdução aos Estudos Linguísticos e à Sociologia da Linguagem”. Se, na perspectiva dos estudantes que se iniciavam, os resultados podiam ser duvidosos, a verdade é que, no que diz respeito ao saber linguístico, esta diversidade permitiu que os docentes criassem cada vez mais áreas de interesse, alargassem o seu leque de contactos no país e no estrangeiro, reforçassem as existências bibliográficas e estabelecessem entre si uma rede de interacção altamente frutuosa.

Era cada vez mais frequente serem enviados para o estrangeiro, designadamente para a França, Inglaterra e Estados Unidos, docentes de Linguística para aprofundarem os seus estudos, como bolseiros do Instituto de Alta Cultura, sobretudo na preparação dos seus doutoramentos. E isso criava contactos directos e muito interessantes com linguistas de diversos países que nos iam visitando. Recordo, entre outros, a passagem de Roman Jakobson. Um fruto que a Revolução de Abril trouxe aos estudos linguísticos foi a possibilidade de serem acolhidos no nosso país estudiosos portugueses que, por variadas razões, se tinham ausentado para o estrangeiro durante os anos do Estado Novo. Na Faculdade de Letras de Lisboa o caso mais visível de que me lembro foi o do Ernesto Pardal, vindo de Paris.

4. A crescente afirmação

Passados os anos quentes de 1974-76, há que recordar a importância de três factos que, na cidade de Lisboa, conduziram a uma maior afirmação e consciencialização de uma “classe” de linguistas: a cada vez mais forte interacção Lisboa-Porto-Coimbra, a afirmação da maioridade da Universidade Nova de Lisboa e a “transformação” do Centro de Estudos Filológicos em Centro de Linguística.

As boas relações pessoais entre os catedráticos de Lisboa e os de Coimbra, manifestadas por exemplo em direcções conjuntas do Centro de Estudos Filológicos, estendiam-se há muito aos outros docentes de Filologia Românica mas, tirando casos esporádicos, pouca colaboração havia entre as duas instituições e seus centros de investigação, e eram raríssimos os projectos comuns. Pouco a pouco, os novos interesses na área científica, a necessidade de se procurarem e aprofundarem fontes e objectos de investigação foram reforçando os laços e, no caso concreto da Linguística, permitindo uma partilha do saber e a consciência de se fazer parte de uma família alargada, prosseguindo objectivos comuns ou, pelo menos, afins. O desenvolvimento da área da Linguística na

Universidade do Porto, a que a reintegração plena do Prof. Óscar Lopes trouxe um novo alento, foi um novo facto conducente ao alargamento do espaço visível que esta família ocupava.

Entretanto, em 1973, tinha nascido a Universidade Nova de Lisboa, que logo se foi afirmando como um centro de ensino e de investigação em Linguística, não só através das áreas lectivas que desenvolveu como pela qualidade dos docentes que integrou. A família ia crescendo e ganhando novas forças, até porque os membros de reconhecido valor que tinham transitado de outras instituições conseguiram congregar à sua volta um corpo de jovens linguistas e recuperar estudiosos provindos do ensino secundário. Nesta Universidade foi criado em 1979 o Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, que integrava o Núcleo de Estudos de Linguística Contrastiva, o qual viria a dar origem, já no ano 2000, ao Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

Em 1976, o Centro de Estudos Filológicos foi extinto e substituído pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, dependente do INIC até à extinção deste organismo em 1992. Novas missões, novos projectos, novas hipóteses de visibilidade deram aos seus membros crescente consciência do seu papel no panorama nacional.

É também em 1976 que, sob o impulso de Óscar Lopes, nasce no Porto o Centro de Linguística da Universidade do Porto.

5. O nascimento da APL

Aproximamo-nos do nascimento da Associação Portuguesa de Linguística. O chão estava lavrado, as sementes lançadas... Mas ainda foram precisos cerca de oito anos de amadurecimento até que as conversas de gabinete, as discussões nos corredores dos congressos, os encontros entre amigos, as análises de situações paralelas noutros países, levassem a passar do nível dos desejos ao das concretizações.

O primeiro e decisivo passo foi a realização do 1º Encontro de Linguistas de âmbito nacional, em Outubro de 1984. A organização coube aos nossos colegas Maria Helena Mateus, Fátima Oliveira, Graça Vicente e Inês Duarte e nele participaram linguistas de todas as Universidades portuguesas, incluindo as que, tal como a Nova, tinham sido criadas em 1973.

Foi um momento de festa antecipada – “preparar a festa já é festa...” A desejada Associação surgia no horizonte e era preciso dar os passos concretos e burocráticos para a sua consecução. Lembro-me que uma das questões que se pôs foi a de que nome dar à nascitura. APL parecia pouco, susceptível de se confundir com outras associações já existentes ou hipotéticas. A alternativa foi APLin mas, como se viu, não vingou...

Nasceu então a Comissão Instaladora, encarregada da redacção dos Estatutos e de preparar os registos. Era formada pelos colegas Ivo José de Castro, Maria de Fátima Carvalho Lopes, Adelina Angélica Pinto Coxito, Ana Maria Barros de Brito, José de Azevedo Ferreira, Jorge Manuel Morais Barbosa, Maria do Céu Viana, Alina Villalva

e Isabel Ayres Rodrigues Raposo Almeida. Como se pode ver, houve a preocupação de ter representantes das várias instituições que, em Portugal, ensinavam e investigavam em Linguística.

Finalmente, a APL teve escritura registada no notário a 7 de Dezembro de 1984, e a certidão da sua constituição foi publicada a 10 de Janeiro de 1985 no Diário da República, III série, nº8. A primeira Direcção foi constituída por Maria Helena Mateus (Presidente), José Victor Adragão (Vice-presidente), Maria da Graça L. Castro Pinto e Maria do Céu Viana (Vogais) e Maria Francisca Xavier (Tesoureira). Algum tempo depois, a Céu Viana foi substituída pela Alina Villalva.

6. O dia seguinte

E aqui se cala a pré-história. Os registos, as publicações, os relatórios aí estão para provar que a história tem sido fecunda e que não é ainda preciso recorrer à memória dos linguistas para a contar. Excepto talvez para aqueles episódios de “linguística pitoresca” que fazem sempre parte do acervo (e dos pergaminhos) das grandes famílias. Deixo a outros a recolha dessas “fioretti”...